QUINTA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 2014

DOSSIÊ: PECADOS & CAPITAIS

Por Andrea D'Atri, especialista em Estudos da Mulher, fundadora do Pan y Rosas da Argentina e dirigente do PTS, Partido de los Trabajadores Socialistas.

Tradução de Ana Carolina Fulfaro e Flávia Ferreira

Texto publicado pela Revista Ideas de Izquierda, edição n.7, março de 2014.

Versão em espanhol: http://ideasdeizquierda.org/pecadoscapitales/#more-1258

A hipersexualização das imagens publicitárias, os programas de televisão e as revistas; a inclusão de personagens gays, lésbicas ou trans em novelas e filmes e, de outro lado, a extensão do matrimônio igualitário em diversos países e o desenvolvimento de espaços *gayfriendlys* nas grandes metrópoles, poderiam nos fazer acreditar que a sociedade contemporânea alcançou os ideais de "liberdade sexual" reivindicados nos anos 60.

Nessa década, uma profunda "revolução sexual" acompanhou a onda de radicalização social, política e ideológica, desafiando as tradições de uma moral conservadora. Durante e depois da Segunda Guerra Mundial – especialmente nos países centrais e nas zonas urbanas -, a maior tecnificação do trabalho doméstico, que reduziu o tempo necessário para sua realização, foi pré-condição para a incorporação massiva das mulheres nas universidades e no mercado de trabalho. Mais tarde, junto com a massificação do uso de contraceptivos, essas condições propiciaram a retardação da idade para o casamento e, consequentemente, favoreceram o aumento das relações sexuais "pré-matrimoniais", a tendência à diminuição da taxa de natalidade e a postergação da maternidade até idades mais avançadas. A geração que cresceu sob essas condições sociais, econômicas e políticas, deu origem a segunda onda do feminismo e ao movimento de reivindicações da população não heterossexual, pondo em cheque as normas que regem o comportamento sexual e as relações sexo-afetivas.

Contudo, a liberdade sexual conquistada durante aqueles radicalizados anos se reconfigurou nas décadas seguintes com a força de derrotas sociais, políticas e culturais, como liberdade de mercado: a voracidade capitalista mercantilizou, em uma escala sem precedentes, tudo aquilo que a moral burguesa havia construído como "vida privada" e que os movimentos sociais tinham se esforçado para demonstrar que eram construções sócio históricas, dispositivos biopolíticos, lógicas culturais no marco das sociedades de classe. A identidade sexual, o desejo e a fantasia se transformaram, então, em objetos de lucro, a níveis industriais[1].

A mercantilização da sexualidade

8 DE MARÇO: "DA COPA EU ABRO MÃO, PELOS DIREITOS DAS MULHERES CONTRA DILMA E O PATRÃO!"

8 de março: "Da Copa ...

PÃO E ROSAS RUMO AO I ENCONTRO NACIONAL DO MOVIMENTO MULHERES EM LUTA!

PÃO E ROSAS RUMO AO I ENCONTRO NACIONAL DO MOVIMENTO MULHERES EM LUTA!

NESTE 28/09 TODAS ÀS RUAS PELO DIREITO AO ABORTO LEGAL, SEGURO E GRATUITO!

Com a liberação das fronteiras para o fluxo de capitais e o colapso das economias dos países semicoloniais, aumentou enormemente, não somente o deslocamento das massas trabalhadoras, mas também, os “exilados” econômicos e o tráfico de pessoas. Como parte deste fenômeno global, expandiu-se em escala mundial o tráfico de mulheres para a exploração sexual, reduzindo a prostituição individual e voluntária praticamente a um conceito meramente acadêmico[2].

Além disso, a indústria pornográfica - sob as condições criadas pelo desenvolvimento das novas tecnologias, a revolução das comunicações e internet – alcançou números astronômicos: se em 1975, nos EUA, a pornografia *hardcore* produziu um valor dentre 5 e 10 milhões de dólares, as estimativas atuais rondam entre os 10 mil e 13 bilhões, dos quais, pouco menos da metade seriam investimentos legais[3]. Em poucos anos, a pornografia abandonou a marginalidade quase criminosa para se transformar em uma indústria próspera. Isso propiciou, por sua vez, a sindicalização e o controle sanitário de seus trabalhadores e trabalhadoras, a fama de produtoras, cineastas, atores e atrizes que adquiriram renome no mercado e o desenvolvimento de inúmeros subgêneros para satisfazer as mais variadas e ocultas fantasias. Mas no limite da regulamentação e massificação deste próspero negócio, surgiram não somente subgêneros críticos do modo heterossexista e misógino que se representa habitualmente nesses filmes – como a pornografia feminista, a pornografia gay, lésbica, etc. – mas também, a produção e comercialização clandestina de filmes nos quais as mulheres são submetidas sem seu consentimento, como também, outras em que se registram torturas, estupros e assassinatos reais para o “entretenimento dos consumidores[4].

E assim como os corpos e as fantasias tornaram-se mercadorias valiosas para a sede de ganho da indústria do sexo, o mesmo aconteceu com a sexualidade heteronomativa do casal monogâmico. Uma série de normas e prescrições – exigências impossíveis de cumprir no acelerado e competitivo mundo do trabalho flexibilizado e de turnos rotativos – se impõem através de revistas, programas de televisão e especialistas do sexo. Misturados com explicações supérfluas de pretensões pseudocientíficas, como “A ejaculação precoce, um problema dos dois” ou “A química do amor: como é o mapa de um cérebro apaixonado”, as mídias nos oferecem os títulos que instruem as mulheres ao amor romântico e ao casamento, ainda que “*modernizados”* em relação a esta hiperssexualização da cultura e gerando novos nichos de mercado: desde os inofensivos “No escritório: como encarar uma relação?”, até os mais ousados que propõem “Ponto G: como aumentar o tamanho e a sensibilidade” ou “Sexo *express*: os 9 melhores lugares para uma ‘rapidinha’”[5]. Artigos como os mencionados podem ser encontrados nas revistas de domingo dos periódicos mais prudentes, que nos aconselham a ter um melhor, maior, saudável (e “correto”, quer dizer, heterossexual e monogâmico) desempenho sexual.

Tudo se vende, tudo se compra. Desde uma mulher, até o joguinho sexual que as boas esposas adquirem numa reunião de amigas; desde as fantasias mostradas em imagens cinematográficas, até os medicamentos para tratar a disfunção erétil, que é vendido sob prescrição médica. O que fazia parte desse complexo fenômeno chamado de “vida privada” foi exposto na vitrine.

A impotência sexual e o consumo

À medida que o sexo se transforma literalmente em “moeda corrente”, são aproveitados, ao mesmo tempo, pelo capitalismo, o disciplinamento dos corpos e desejo sexual. Enquanto aumenta a mercantilização da sexualidade, paradoxalmente, a impotência sexual tem se transformado em um dos motivos mais frequentes de consulta médica e psicanalítica[6].

Sob os ritmos do trabalho flexibilizado e precário em que milhões de seres humanos foram mergulhados, toda a vida ficou submetida ao contrato temporário: a aceleração do ritmo dos processos econômicos acelerou também os ritmos da vida social. As técnicas de produção e os processos laborais se transformaram em voláteis, transitórios e acelerados; tudo é instantâneo e descartável: desde as mercadorias até os estilos de vida e as relações. Reproduzimos uma longa citação do sociólogo Zygmund Bauman que representa o que foi assinalado: “Na ausência de uma segurança a longo prazo, a ‘gratificação instantânea’ é uma estratégia razoavelmente aceitável. (...). A postergação da gratificação perdeu seu encanto. (...). As precárias condições sociais e econômicas formam homens e mulheres (ou os obrigam a aprender por mal) para perceber o mundo como um recipiente cheio de *objetos descartáveis*, objetos para *usar e jogar*; o mundo de conjunto, incluindo os seres humanos. (...). É assim que a política deliberada da ‘precarização’ levada adiante pelos operadores do mercado de trabalho se vê auxiliada e instigada (e em seus efeitos é reforçada) pelas políticas da vida, sejam estas adotadas deliberadamente ou na falta de outras opções. Ambas produzem o mesmo resultado: a decomposição e a restrição dos vínculos humanos, das comunidades e das relações”[7].

PÃO E ROSAS RUMO AO I ENCONTRO NACIONAL DO MOVIMENTO MULHERES EM LUTA!

AS 5 CONTRADIÇÕES DA IGREJA E DO PAPA NO BRASIL

5 contradições da igrej...

ENTRE EM CONTATO COM O GRUPO PÃO E ROSAS BRASIL

Para adquirir a 2ª edição do livro ***A Precarização tem Rosto de Mulher***, escreva para paoerosasbr@gmail.com

LANÇAMENTO DO LIVRO "A PRECARIZAÇÃO TEM ROSTO DE MULHER", EM 09/03

A precarização tem ro...

MARILIA ROCHA, METROVIÁRIA EM SP, FALA NO ATO DO 8 DE MARÇO

Então, acabamos em uma armadilha: nesse fluxo incessante, onde a tecnologia possibilita uma hiperconexão global, que garante a comunicação sem obstáculo geográfico nem temporal, a solidão tem se tornado um dos “maus” da época. E o individualismo conduz a relações efêmeras, superficiais e utilitárias, porque justamente o que se busca no outro, não é o outro, mas alguém que remedeie o mal estar, o “vazio interior” que conduz os vertiginosos ritmos da vida contemporânea[8]. Daí que alguns especialistas falam da “sobrevalorização” (e poderíamos adicionar, idealização) que adquire, novamente, a vida de casal, como uma segurança utópica contra a solidão a que nos confina a agitação de uma vida precária e completamente flexibilizada.
A privatização dos serviços públicos e a “desprivatização” da vida íntima foram acompanhadas de uma política de ampliação da cidadania que conferiu maiores poderes ao Estado sobre nossos corpos, nossas relações sexo-afetivas e nossas práticas eróticas: a política de direitos, o mesmo movimento que inclui proporções mais amplas da população – aqui se tem outra discussão: a estimativa concreta do alcance desta amplitude -, as integra sob as normas que são pré condição necessária para a exclusão de novos setores. Por isso, a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo tem gerado um importante debate teórico-político, em que as críticas não somente provém dos grupos mais reacionários da sociedade, as igrejas e os partidos conservadores, mas também de setores da comunidade LGBT que questionam os valores de exclusividade, monogamia, estabilidade, convivência, etc. que regem o casamento.
É o paradoxo que atravessa todos os movimentos sociais logo após os anos 70: a inclusão de direitos democráticos elementares nos códigos de leis do Estado capitalista, que implica, como contrapartida, estabelecer a punição com que o Estado e suas instituições vão direcionar a quem desrespeite esse direito[9]. “Existe pouco investimento no que pode transformar a pobreza, a dependência e precariedade da vida das mulheres, mas existem numerosas leis penais para proteger as mulheres”, destaca Larrauri[10].
As consequências da opressão e a existência de classes sociais não podem ser abolidas através da lei. Os novos membros que queiram se juntar ao clube não podem escapar do exame médico. Irão ingressar ao mundo de direitos, se ajustando as regras estabelecidas para seu exercício. A milhões de seres humanos, o novo *cartão* de cidadania apenas permite que se sintam membros do clube, ainda que continue sendo interditado o uso de suas instalações.

DAS *FEMINIST SEX WAR* À PORNOGRAFIA FEMINISTA

Nos anos 70, o nicho do mercado pornográfico explodiu no ceio da “revolução sexual”: expandiu-se os cinemas onde eram projetados somente filmes pornográficos, a pornografia foi legalizada em vários países, etc. Rapidamente, o desenvolvimento das filmadoras domésticas permitiu que a indústria tivesse um crescimento exponencial, não somente devido ao baixo custo de produção que a nova tecnologia possibilitou, mas também porque o consumo se deslocou das salas de cinema aos domicílios particulares, com todos os benefícios de opções que isso preparava. Isto gerou o que ficou conhecido como *Feminist Sex* War (Guerra dos sexos feminista), um intenso debate ocorrido, principalmente nos Estados Unidos sobre qual deveria ser a posição do feminismo em torno da pornografia, que dividiu o movimento entre quem lutava pela proibição e quem a defendia, argumentando com o direito à liberdade de expressão.

A experiência sexual entre uma pessoa e uma coisa

Assim define a pornografia, a jurista feminista norte-americana Catharine MacKinnon[11]. Junto com Andrea Dworkin, no debate dos anos 70, argumentaram que a pornografia é constituinte da subjetividade masculina: através dela, os homens aprendem a reproduzir a situação social de subordinação das mulheres. Questionaram, ainda, que nesses filmes, as mulheres foram estigmatizadas como objetos, ao mesmo tempo em que foram excluídas da produção e até de seu consumo.
“Na sociedade industrial contemporânea, a pornografia é uma indústria que produz em massa, por dinheiro, invasão, acesso, possessão e uso sexual por e para os homens (...). É um tráfico de mulheres sofisticado tecnologicamente (...). Nesta perspectiva, a pornografia, com a violação e a prostituição em que participa, institucionaliza a sexualidade da supremacia masculina, que funde a erotização do domínio e a submissão com a interpretação social do masculino e do feminino. O gênero é sexual. A pornografia constitui o significado dessa sexualidade. Os homens tratam as mulheres segundo o que veem que são as mulheres. A pornografia constitui quem são”, observa MacKinnon[12]. A pornografia teria um potencial constitutivo: não somente se trata da reprodução de imagens degradantes das mulheres, mas também da construção da mulher “como uma coisa a serviço sexual dos homens”[13].

PAN Y ROSAS NA MARCHA DO XXVII ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES, ARGENTINA

Pan y Rosas en la Mar...

PESQUISAR

Pesquisar

APRESENTAÇÃO DO LIVRO "A PRECARIZAÇÃO TEM ROSTO DE MULHER", EM 2011

A Precarização tem ro...

GREVE DAS/OS TERCEIRIZADAS/OS DA USP, EM 2011

Greve dos terceirizado...

SEÇÕES

Aborto Andrea D'atri Argentina Assédio sexual Belo Horizonte Calourada Centro Acadêmico Comissão de Mulheres Copa do Mundo Corpo Creche Criança Cultura Debates Depoimento Dilma Roussef Dilma Rousseff Direito ao aborto

Mas assim como os filmes do “super-soldado” Rambo não são a causa do incremento do gasto militar no governo Reagan, mas sim, a forma de propaganda com que tenta legitimar essa política – isso era necessário também, para reparar o olhar das massas ao exército norte-americano derrotado no Vietnã -, os filmes pornográficos reproduzem – no âmbito exclusivo do sexo nas relações heterossexuais – a milenar subordinação social das mulheres que as democracias capitalistas não se mostraram capazes de eliminar desde a raiz.

A ilusão liberal de liberdade

Quem defendeu a legalidade da pornografia, se baseou na Primeira Emenda da Constitucional dos Estados Unidos que se refere a liberdade de expressão. De acordo com a interpretação predominante, garantir a diversidade de expressão na democracia impediria a imposição de apenas algumas ideias, ou ideias apenas de determinado grupo social; assegurando a possibilidade de opiniões divergentes das ideias hegemônicas, seria possível aos cidadãos escolher e tomar decisões menos coagidas.
As respostas de MacKinnon atingiram dois aspectos cruciais e controversos. Por um lado, sustentando que a Primeira Emenda busca proteger as expressões heterodoxas ao discurso hegemônico, mas que a pornografia “é” o discurso dominante no que se refere às relações entre os gêneros, que a pornografia tem o poder de dizer as mulheres quem elas são e o poder de tratá-las de acordo com essa definição. Mas mais centralmente, afirma que a pornografia não é expressão, opinião ou discurso, mas sim, é nitidamente violência sexual contra as mulheres. Por isso, não cabe à Primeira Emenda, mas à XIV, que exige dos Estados a proteção igualitária de todas as pessoas perante a lei.
Recentemente, outra voz se levantou nesse debate. Dentro do ativismo *queer*, algumas mulheres que exercem ou exerceram a prostituição e a pornografia defenderam sua atividade como escolha, sustentando ainda que se trata de opções isentas de coerção: “corpo da mulher, direito da mulher”. No entanto, a posição das feministas autodenominadas “pró-sexo”, não se limita somente à defesa da liberdade individual, mas defende também os benefícios que a pornografia proporcionaria às mulheres, oferecendo uma vasta visão das possibilidades sexuais, lhes permitindo experimentar sexualmente sem os riscos “da rua”, etc.[14]. As pró-sexo deram origem ao que se conhece atualmente como o “pós-pornô”, onde a representação heteronormativa da sexualidade, hegemônica na indústria pornográfica, é criticada e combatida mediante a produção de outras representações heterodoxas das fantasias, dos corpos e das sexualidades. No entanto, a partir de um ângulo oposto ao de Catharine MacKinnon, o pós-pornô também parece atribuir à história das sexualidades, uma capacidade constituinte formidável.
Os estereótipos são sedimentos históricos de relações sociais estabelecidas com base na primária divisão sexual do trabalho, o surgimento da propriedade privada e a consequente necessidade de controlar a sexualidade das mulheres (quer dizer, assegurar para o proprietário a capacidade reprodutiva das mulheres que garantiria a sua linhagem). A ideia de que a fantasia sexual, o desejo, a identidade ou orientação sexual e a própria prática sexual, por si só tenham o poder de contestar a milenar relação sexual de opressão masculina heterossexista sobre as mulheres e pessoas não-heterossexuais, se mostra exageradamente pretensiosa. Valorizamos seu espírito inconformado contra tanto puritanismo imposto não só pela direita conservadora, mas também pela política dos direitos que reconhece, prega e exige um maior controle do Estado de classe e patriarcal sobre nossos corpos. Mas a humanidade que está sujeita a disciplina (também sexual) imposta pela exploração do trabalho e a família baseada no casal heterossexual monogâmico para garantir a reprodução da força de trabalho – justificadas e legitimadas pelos discursos religiosos reproduzidos nos meios de comunicação, etc. – não pode alcançar uma verdadeira libertação sexual através do exercício individual de performances sexuais diversas.
Como marxistas, hasteamos as bandeiras democráticas que nenhuma democracia do mundo pode içar até o topo do mastro: somos contrários a toda proibição, limitação ou interferência do Estado e outras instituições contra a pornografia.
Mas não somos espectadores neutros na batalha cultural que se trava não apenas na indústria pornográfica, mas também nos meios de comunicação, acerca das representações das mulheres, da relação entre os gêneros, da sexualidade, etc. Enfrentamos o machismo e o heterossexismo, revelamos sua origem no fundamento da sociedade de classes, denunciamos a apropriação que o capitalismo contemporâneo tem feito dessas velhas relações de subordinação e opressão para fortalecer seu poder na exploração de milhões de seres humanos. Estamos abertamente na luta de classes contra as redes de tráfico e todas as formas de violência contra as mulheres. E, acima de tudo, lutamos por uma sociedade de produtores livres, onde a sexualidade humana se expanda em suas infinitas possibilidades, não só em vínculos sexo-afetivos, mas também nas mais diversas formas de relacionamento entre as pessoas, a arte e a cultura de massas – incluindo a pornografia -, liberada das coações físicas, econômicas, sociais e culturais que hoje a restringem.

Donnelley Eleições Encontro Nacional de Mulheres - Argentina Feminismo operário Greve greve da USP História Homofobia Homossexualidade Hospital Universitário Identidade de gênero Internacional Jandira Lançamento LGBTT Machismo Madygraf Marina Silva Maternidade Metrô MML Movimento Movimento operário Mulheres negras Mulheres trabalhadoras Nacional Operação Herodes Pão e Rosas no Haiti Papa Nicolau Pornografia Prostituição Racismo Revolução Russa Rio de Janeiro Saúde Secretaria de Mulheres do Sintusp Sexualidade Teoria Trabalho Transfobia Transporte Turismo sexual Universidade USP Vagão Violência Wendy Goldman

RECEBA ARTIGOS, NOTÍCIAS E ATIVIDADES POR EMAIL

E-mail:
Inscrever

ARQUIVO DO BLOG

► 2015 (11)
▼ 2014 (72)
► Dezembro (7)
► Novembro (8)
► Outubro (4)
► Setembro (15)
► Agosto (4)
► Julho (5)
▼ Junho (2)
As outras mulheres do Mundial
DOSSIÊ: PECADOS & CAPITAIS
► Maio (4)
► Abril (7)
► Março (8)
► Fevereiro (6)
► Janeiro (2)
► 2013 (91)
► 2012 (16)
► 2011 (45)
► 2010 (200)
► 2009 (287)
► 2008 (28)

CONTRA A ESCRAVIDÃO DAS FORMAS! SOBRE A JUVENTUDE E O "RODEIO DAS GORDAS", INTERUNESP

Leia a declaração do Pão e Rosas, aqui

....

DO ANTIGO LENOCÍNIO[15] À ORGANIZAÇÃO SINDICAL CONTEMPORÂNEA

Apesar de ser considerado o "ofício mais antigo do mundo", as características atuais da prostituição diferem enormemente do lenocínio religioso exercido na civilização Suméria ou o que praticava as *hetairas* gregas[16]. Contra toda a mistificação social da prostituição, Engels já a denunciava como uma instituição social que "mantém a antiga liberdade sexual... em proveito dos homens". Em seguida, acrescenta que ainda que a prostituição seja reprovada socialmente, a reprovação "nunca se dirige aos homens que a praticam, mas somente às mulheres; que são desprezadas e rechaçadas, o que afirma mais uma vez como lei fundamental da sociedade, a supremacia absoluta do homem sobre o sexo feminino"[17]. Para Engels, a prostituição surge em contrapartida à aparição da família baseada no matrimônio monogâmico. "Tudo o que a civilização produz é também duplo, ambíguo, equívoco, contraditório; por um lado, a monogamia, e por outro, o *heterismo*[18], incluindo a sua forma extrema, a prostituição"[19].
Essas mesmas características se mantém por de milhares de anos. Contudo, considerar a prostituição como uma instituição igual a si mesma, nas distintas sociedades, impede que vejamos quais são os vínculos imbricados que mantidos com o capitalismo – modo de produção que alterou drasticamente as relações sexo afetivas, o matrimônio, a família, etc. – e que lhe confere novas configurações, além de abrir novas questões e debates teóricos e políticos.

Revolução industrial e moral vitoriana

Foi somente no início do capitalismo e, mais precisamente, no período de máximo desenvolvimento da "revolução industrial", que a prostituição adquiriu as características modernas. Em meados do século XIX na Grã Bretanha, pela primeira vez na história a população urbana era maior que a rural. A superpopulação de pobres em Londres dava lugar a novos fenômenos e formas de vida: enquanto a rainha Vitória ordenava alargar as toalhas para que os pés das mesas não fizessem os homens lembrarem das pernas femininas, nos bairros do Leste os bordéis se multiplicavam e as mulheres eram prostituídas nas ruas da próspera metrópole[20].
Analistas de diferentes ideologias concordam que, durante essa época, a pobreza é uma das causas mais importantes que empurram as mulheres para a prostituição. Mas, como esclarece Bebel, "alguns dos que se ocupam dessa questão começam a perceber que a triste situação social sob a qual sofrem várias mulheres poderia ser a principal causa de tantas delas venderem seus corpos; mas este pensamento não avança até a conclusão de que, portanto, é necessário criar outras condições sociais"[21].

Neoliberalismo e indústria do sexo

As mais recentes décadas de restauração capitalista deram uma dimensão incomum à prostituição. Para Sheila Jeffreys, a convergência da tolerância da "liberdade sexual" e a ideologia do livre mercado, fizeram a prostituição ser reconstruída "como 'trabalho' legítimo que funciona como base da indústria do sexo, tanto a nível nacional quanto internacional"[22].
O objetivo de sua investigação – com dados e denúncias de distintos lugares do mundo – é demonstrar que a prática da prostituição se transformou em um dos negócios – legal e ilegal – mais rentáveis no mundo. Além disso, tenta argumentar que a prostituição forçada de mulheres e meninas sequestradas por redes de tráfico é a base de uma indústria mais ampla que abarca desde os clubes de *strip-tease*, o turismo sexual, a pornografia, até o "fornecimento" de mulheres para as bases militares ou "matrimônios" combinados mediante contratos de compra e venda.
Além de suas próprias avaliações a respeito, são muitos os estudos que sustentam suas conclusões sobre o aumento sem precedentes do "negócio capitalista" que se tornou a prostituição e a ligação com as redes de tráfico de pessoas junto a indústria pornográfica, o turismo sexual, etc. Vejamos alguns dados significativos: segundo *Fondation Scelles*, mais de 40 milhões de pessoas são prostituídas no mundo inteiro; a ONU estima que o número de vítimas de tráfico, a nível mundial, é de 2 milhões e meio de pessoas, dos quais 85% são destinados à exploração sexual.

Os destinos turísticos da prostituição – que foram promovidos nos anos 80 e 90 – foram, em princípio, aqueles países vizinhos aos conflitos bélicos aonde descansavam as tropas norte-americanas durante as guerras da Coréia e Vietnã (como Filipinas e Tailândia). A retirada das tropas deixou uma "capacidade ociosa" em termos de indústria do sexo: milhares de mulheres que serviram sexualmente aos soldados estrangeiros, bordéis, bares de *strip-tease* e outros negócios que precisavam de novos clientes. O turismo sexual ocupou o lugar dos *fuzileiros navais* norte-americanos. Os cafetões do sudeste asiático encontraram a possibilidade não somente de comercializar as mulheres, mas também de vender o estereótipo da fêmea submissa. Jeffreys atribui ao fato de que "permite aos homens de países em que as mulheres estão avançando até a igualdade (...) comprar a subordinação da mulher de outros países, graças ao seu maior poder aquisitivo"[23].

Tráfico de mulheres e trabalho sexual: abolição ou regulamentação?

De acordo com um relatório de 2006 do Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Delito, 87% das vítimas de tráfico foram destinadas a exploração sexual. Algumas feministas denunciam que o tráfico está se tornando o principal modo de abastecimento para a indústria mundial do sexo, fornecendo mulheres forçadas a "trabalhar por dívidas" na prostituição de rua ou em prostíbulos, em clubes de *strippers*, na pornografia, etc.
Mas enquanto isso acontece – transformando o grupo de mulheres que se prostituem sem ser exploradas por um cafetão, em algo cada vez mais minoritário -, a Organização Internacional do Trabalho, grandes organizações internacionais pelos direitos civis e distintos Estados, impulsionam a sindicalização das mulheres em situação de prostituição. No feminismo, a brutal contradição entre a proliferação das redes de tráfico, o crescente número de mulheres desaparecidas e/ou sequestradas e, por outro lado, a forte pressão internacional pela legalização da prostituição, acendeu novamente o silenciado debate entre abolicionistas e regulacionistas do século XIX.
Um extenso debate – impossível de abordar neste espaço -, em que o regulacionismo propõe que o Estado legalize a prostituição e, portanto, que se regulamente a instalação de prostíbulos, as formas de exploração das mulheres, os controles sanitários e, por outro lado, o abolicionismo, que considera a prostituição como uma forma de violência contra as mulheres, combate o proxenetismo e luta por bani-lo. Este debate, atualmente, se expressa como uma tendência que defende a prostituição como trabalho e, portanto, seu enquadramento como qualquer outro ofício, com direito a sindicalização e, por outro lado, uma corrente que considera possível que a sociedade descarte o consumo da prostituição – o que conduziria a sua desaparição -, mediante o fortalecimento do poder punitivo do Estado voltado contra o cliente[24].
As regulacionistas defendem que os danos que ocasiona a estigmatização social da prostituição é mais daninho que o que as abolicionistas veem como as pesadas consequências psicológicas de seu exercício. As abolicionistas questionam as regulacionistas sobre a estreita linha que separa o sindicato como uma organização para proteger os direitos das mulheres de uma nova organização proxeneta. Contudo, tanto umas quanto outras colocam no mesmo Estado capitalista que legitima e reproduz a milenar opressão às mulheres, a responsabilidade de regular a vida das prostitutas ou a responsabilidade de castigar os consumidores.
Longe do moralismo, o marxismo reconhece que a prostituição é inseparável da sociedade de classes e, desse modo, é inseparável do capitalismo. Mas reconhecer que somente acabando com todas as formas de exploração e opressão, poderemos acabar com a prostituição, não é razão para não defender os direitos das pessoas que estão nessa situação – dentre as quais, as mulheres são maioria absoluta -, a sua auto-organização, livre da interferência de proxenetas (sejam cafetões ou empresários) e do Estado (seja regulacionista ou punitivo). Combatemos a estigmatização, a perseguição e marginalização social, ao mesmo tempo, em que denunciamos e enfrentamos a repressão policial à prostituição. Denunciamos a cumplicidade das forças repressivas do Estado, seus funcionários políticos, a justiça e empresários poderosos no funcionamento e na impunidade com que operam nas redes de tráfico. Contra a utopia abolicionista, acompanhamos e promovemos a luta de exigir do Estado capitalista e de seus governos a garantia de um trabalho digno, acesso a saúde, a educação, moradia e um salário que atenda às necessidades básicas das pessoas. Mas fazemos isso, tendo em no horizonte, uma sociedade cujas horas para o ócio sejam abundantes e as insatisfações com as necessidades mais básicas sejam uma vaga lembrança da pré-história humana.

1

Já analisamos em números anteriores, quais foram as condições sociais, econômicas e políticas sob as quais ocorreram essas transformações em relação aos movimentos sociais de igualdade de gênero e liberdade sexual. Observamos como, simultaneamente, os movimentos emancipatórios – que se mobilizavam contra o Estado, para denunciá-lo ou exigir dele, e vinculavam sua demanda com uma crítica social e política ao capitalismo – se transformaram em associações civis para lobby, o monitoramento das políticas públicas e a implementação de microprojetos assistencialistas. Ver "*A emancipação das mulheres em tempo de crise mundial*" de A. D'Atri.

As origens do tráfico de mulheres para exploração sexual se remete à Antiguidade, quando em suas expedições de conquista, os exércitos vencedores não somente submetiam os povos vencidos a escravidão, como também “selecionavam” as mulheres mais belas entre as escravizadas para servir como cortesãs aos homens do poder político. Porém, a dimensão global que alcançam as redes de tráfico na atualidade, não tem precedentes. Este fenômeno deu lugar a novos debates entre abolicionistas e regulacionistas da prostituição, incluindo uma nova posição, a “decisionista”. Ver “*Do antigo lenocínio à organização sindical contemporânea*”.

Segundo dados da *Forrester Research*. Para a revista *Forbes*, os investimentos da pornografia em 2001 se estimavam entre 500 e 1800 milhões de dólares em vídeos, milhões por internet e outro tanto por revistas, além de 30 milhões por telefonia, etc.

Nos anos 70 se desenvolveu um grande debate no feminismo sobre a posição em relação à pornografia. Atualmente, esse debate tem sido reavivado com o surgimento das correntes pós feministas autodenominadas “pró-sexo”, que se referenciam a teoria *queer*. Ver “Das *feminists sex war* à pornografia feminista”.

Artigos da seção “Pareja y sexo” do site www.entremujeres.clarin.com.

Embora também tenha surgido a reivindicação por contemplar a assexualidade como uma nova orientação sexual, diferenciada da abstinência ou o celibatário.

Zygmund Bauman, *Modernidad Líquida*, México DF, Fondo de Cultura Económica, 2009.

De fato, na psicanálise já se fala da passagem da predominância da neurose a extensão das patologias do caráter, especialmente das personalidades narcisistas, caracterizadas pela intolerância extrema ao fracasso ou a crítica.

Nos debates jurídicos, se coloca a tendencia, dos anos 80 em diante , em considerar a gravidade social de um problema em função de sua criminalização. Com o desmantelamento do Estado de bem-estar social, os problemas sociais se chocam com o sistema penal.

E. Larrauri, “La intervensión penal para resolver un problema social”, em Semiario de Teoria Constitucional y Filosofia Política, mimeo, 2011.

C. MacKinnon é uma das juristas mais reconhecidas no âmbito do direito das mulheres. Representou legalmente as mulheres bósnias sobreviventes aos ataques sexuais do exército sérvio durante a guerra dos Balcãs, onde conceituou estupro como genocídio e conseguiu uma decisão histórica que obrigou a indenização das vítimas.

C. MacKinnon, Hacia una teoria feminista del Estado, Madrid, Ediciones Cátedra, 1989.

Nancy Prada Prada, “¿Qué décimos las feministas sobre la pornografía? Los orígenes de un debate” revista La Manzana de la Discordia Vol 5, Bogotá, 2010.

As feministas pró-sexo tem suscitado debates mais agudos, colocando que a pornografia permitiria às mulheres desfrutar daquilo que, na vida, é repudiado, como o estupro. “Porque uma mulher saudável fantasia ser estuprada? (...) Talvez porque seja agradável imaginar um homem particular que está tão incomodado por ela, que deve tomá-la” (...). É melhor para as mulheres se reprimirem?”, se pergunta Wendy McElroy em “A Feminist Defense of Pornography”, *Free Inquiry Magazine* 4, Vol 17, 2006.

15 Lenocínio é uma prática criminosa que consiste em explorar o comércio carnal alheio, sob qualquer forma ou aspecto, havendo ou não mediação direta ou intuito de lucro (cafetinagem). No Brasil é crime segundo os Artigos 227 a 230 do Código Penal e não se confunde com prostituição. Entende-se por lenocínio um conceito amplo, do qual seriam espécies o crime de favorecimento à prostituição ou à libidinagem. Compõe-se de atividades que entram no conceito clássico de lenocínio, que, compreende toda ação que visa a facilitar ou promover a prostituição de outras pessoas, ou dela tirar proveito.. Proxenetismo (ou "cafetinagem") é o ato que consiste em obter benefícios econômicos da prostituição de outra pessoa. (Nota da tradução- sugestão)

16

Embora não deixe de ser sugestivo que ainda hoje nos deparemos com mulheres que são sequestradas e exploradas sexualmente, como acontecia com as escravas nos antigos impérios – que eram raptadas e arrancadas de suas terras nativas para ser oferecida ao serviço sexual dos dignitários vencedores.

F. Engels. *El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado*, Buenos Aires, Claridad, 1941. 3.

18 O heterismo (antigo sistema de prostituição da Grécia Antiga, espécie de “amor livre” apenas para os homens) é uma instituição social como outra qualquer, e mantém a antiga liberdade sexual... em proveito dos homens. Embora seja, de fato, não apenas tolerado, mas praticado livremente sobretudo pelas classes dominantes, ele é condenado em palavras. E essa reprovação, na realidade, nunca se dirige contra os homens que o praticam e sim, somente, contra as mulheres, que são desprezadas e repudiadas, para que se proclame uma vez mais, como lei fundamental da sociedade, a supremacia absoluta do homem sobre o sexo feminino. Fonte: http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/familia/familia-texto.html Nota da tradução.

19

Idem.

Uma pesquisa da época mostra que mais de 90% das mulheres detidas pelo exercício da prostituição na prisão de Millbank eram filhas de operários, enquanto as mães de mais da metade delas, haviam sido domésticas, vendedoras ambulantes ou lavadeiras. Outros estudos mostram de que maneira aumentou o número de mulheres dedicadas a prostituição, ao passo que aumenta a incorporação de mulheres como operárias em distintos ramos industriais e no comércio. Citado por J. Walkowitz em Prostitution and Victorian Society, Cambridge, Cambridge University Press, 1980.

A. Bebel, *La mujer y el socialismo*. La Habana, Editorial de las Ciencias Sociales, 1979.

Sheila Jeffreys. *La industria de la vagina. La economía política de la comercialización global del sexo.* Barcelona, Paidós, 2011.

Idem.

Uma das campanhas mundiais de mais destaque é a que tem como slogan “Sem clientes não há tráfico”.